

Estadualização em massa

Algumas afirmações falsas são feitas com tanta insistência que costumam ganhar ares de verdade. Uma delas é a de que o número de vagas oferecidas pelo ensino superior, notadamente em São Paulo, é insuficiente para atender à demanda de egressos do segundo grau. Os dados mostram que a realidade é bem diferente, pois em todo o Estado cerca de 90% dos estudantes que concluem o secundário encontram vaga em alguma faculdade ou universidade. Por isso, o problema da oferta global de vagas no ensino superior em São Paulo não existe.

Há, no entanto, duas questões fundamentais que precisam ser equacionadas para que seja aprimorado o sistema de ensino. Em primeiro lugar, é preciso aumentar o número de egressos do segundo grau, que é muito reduzido em relação ao número de estudantes matriculados no primeiro grau. Em parte, é esse fato o que causa a impressão de que o ensino superior não está ao alcance de todos, quando, na verdade, a maioria nem sequer chega ao segundo grau. A baixa qualidade do ensino público, que, aliada a outros fatores, gera forte evasão de estudantes do ensino básico e intermediário, reduz a competitividade pelo ensino superior e impõe uma discrimina-



ção socioeconômica extremamente injusta e nociva para o desenvolvimento do Estado.

Um segundo aspecto a ser considerado é que se torna necessário melhorar a qualidade da formação oferecida pelo sistema de ensino superior como um todo. As universidades públicas de São Paulo, consideradas as melhores do País, respondem no Estado por apenas 15% do total de vagas oferecidas. Se adicionarmos as oportunidades existentes em algumas instituições privadas de boa qualidade, não aumenta significativamente o número de vagas oferecidas com respaldo institucional de excelência, no que se refere à formação de docentes, às bibliotecas e aos laboratórios de ensino.

Lamentavelmente, no Brasil a educação encontra-se em acelerado processo de mercantilização e boa parte das instituições de ensino superior é criada por empresários que não têm outro objetivo senão o de realizar um investimento lucrativo, portanto, sem nenhum compromisso com a qualidade do ensino que se pretende oferecer. Podem ser lembradas também as fundações municipais ou mistas, muitas vezes criadas com fins puramente eleitorais e que demonstram sua inviabilidade em curto espaço de tempo. Nos Estados Unidos, freqüentemente lembrados como paradigma do ensino privado, as boas e seculares universidades privadas são fundações sem fins lucrativos, capazes de obter polpudas doações.

Em nosso país, quando o agravamento da crise econômica afugenta os que buscam o lucro fácil no ensino, ou quando são encerradas as eleições, apressam-se os responsáveis por essas instituições, instrumentalizando alunos, pais de alunos e políticos, em buscar uma estadualização urgente, ou seja, transfere-se a conta para o Estado, que acaba mantendo a faculdade ou a universidade exatamente como estava, totalmente sucateada.

Sob o manto de que é preciso aumentar a oferta de vagas no ensino superior público do Estado, e demanda existe nesse sentido, as instituições estadualizadas "de porteira fechada" trazem em seu bojo propostas discutíveis, como isonomia salarial e absorção de quadros sem concurso. O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) está hoje com 40 pedidos de estadualização sob análise.

É possível ampliar as vagas públicas, seja pela criação de novas instituições, preferencialmente não clonadas de universidades já existentes, seja pela ampliação de cursos noturnos ou até mesmo pela absorção, desde que essas escolas se adaptem às rígidas normas de qualidade e indispensável estudo geoeconômico. Só assim estaremos preservando a qualidade do ensino e, em última instância, fazendo a defesa do contribuinte.